

ESTRATÉGIA DE RETENÇÃO DE DIREITOS (*RIGHTS RETENTION STRATEGY*)

DOCUMENTO ENQUADRADOR¹

1. O que é a estratégia de retenção de direitos (*rights retention strategy*)?

Enquanto criador² intelectual de uma obra, o seu autor é titular dos direitos de autor que sobre ela incidem. Estes direitos têm uma dupla dimensão: a moral, que assenta no vínculo do autor à sua obra e que o reconhece como autor da mesma e a patrimonial, que permite ao autor explorar economicamente a sua obra.

O modelo tradicional de publicação em revistas científicas apoia-se na cessão integral dos direitos patrimoniais aos editores, os quais ficam, dessa forma, com o direito exclusivo de divulgar e publicar a obra e de a explorar comercialmente.

A estratégia de retenção de direitos (*rights retention strategy*) implica a não cessão numa base exclusiva dos direitos de autor ao editor da revista científica.

Graças a este mecanismo, o autor conserva o controlo sobre a distribuição do seu manuscrito, seja antes, durante ou depois do processo de revisão pelos pares. Esta estratégia não implica custos adicionais para o autor ou para a sua instituição.

O recurso à estratégia de retenção de direitos é propugnado pela [cOAlition S](#), que reúne 28 instituições financiadoras da atividade científica, entre as quais a FCT. No âmbito da cOAlition S foi adotado o [Plano S](#).

Com o Plano S, aquelas instituições comprometeram-se a garantir que todos os artigos científicos que resultem de financiamento por si concedido devam ficar disponíveis em acesso aberto e sob uma licença pública aberta, desde o momento da sua publicação.

A estratégia de não cessão de direitos permite o cumprimento deste objetivo.

Os 27 Estados-membro da União Europeia manifestaram apoio a esta abordagem nas Conclusões do Conselho sobre a avaliação da investigação e a implementação da ciência aberta, onde se afirma que “os autores de publicações sobre investigação, ou as suas instituições, devem conservar direitos de propriedade intelectual suficientes para garantir um acesso aberto, levando a uma maior divulgação, valorização e reutilização dos resultados, o que melhora o justo equilíbrio dos modelos de negócios da publicação”³

A implementação da estratégia de retenção de direitos implica notificar o editor de que uma licença aberta (normalmente uma [licença CC-BY](#)) é aplicada ao manuscrito submetido e será aplicada a todas as suas versões subsequentes, até que o manuscrito seja aceite para

¹ Adaptação do texto *Mettre en oeuvre la stratégie de non-cession des droits sur les publications scientifiques: guide pour les chercheuses et les chercheurs*, elaborado pelo Comité pour la science ouverte do Ministère de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche francês [MEN_Guide_non_cession_des_droits.indd \(ouvri.lascience.fr\)](#)

² Leia-se ‘criador/a’. Nesta Estratégia, adiante referências no género masculino devem ser entendidas como a presente redação indica, com as respetivas adaptações, não tendo esta formulação sido adotada no texto integral para facilitar a sua leitura.

³ [Avaliação da investigação e aplicação da ciência aberta – Conclusões do Conselho](#)

publicação, após revisão pelos pares. Desta forma, esta última versão do manuscrito poderá ser difundida imediatamente após a publicação, nomeadamente, através do seu depósito num repositório da [rede RCAAP](#).

2. Porquê recorrer à estratégia de retenção de direitos?

A) Para permitir o acesso aberto imediato às publicações científicas.

Ao aplicar uma licença CC-BY⁴ ao manuscrito, o autor mantém o controlo sobre a sua distribuição, podendo imediatamente partilhá-lo ou colocá-lo disponível em acesso aberto, independentemente da revista em que é publicado.

B) Para permitir que as publicações sejam imediatamente partilháveis, citáveis, reutilizáveis e arquiváveis de forma perene.

A aposição de uma licença CC-BY a um texto científico torna possível o seu depósito imediato num repositório de acesso aberto. O arquivo de longo prazo é, então, garantido, mesmo no caso em que a revista onde a publicação ocorreu venha a desaparecer. A atribuição de um identificador permanente permite a citação imediata dos resultados e protege contra o plágio.

A licença CC-BY permite a partilha e a reutilização da obra, na condição de que os autores sejam devidamente creditados (é este o significado do termo “BY”, o qual se refere à atribuição, à citação).

C) Para assegurar o cumprimento do Plano S, subscrito pela FCT, que impõe a disponibilização em acesso aberto, total e imediato, do texto resultante de financiamento, a partir da data da publicação, bem como da Política de Acesso Aberto da FCT, que dá cumprimento ao seu compromisso com o Plano S.

A aplicação da estratégia de retenção de direitos e o depósito do manuscrito num repositório integrado na rede RCAAP permitem cumprir a [Política de Acesso Aberto da FCT](#) e, consequentemente, o compromisso por esta assumido através da subscrição do Plano S independentemente do tipo de revista em que o artigo é publicado, incluindo os casos de publicação em revistas por subscrição.

2.1. Porquê recorrer à estratégia de retenção de direitos quando a publicação é feita em acesso aberto?

Quando a publicação do artigo ocorre numa revista ou plataforma de acesso aberto ou numa revista híbrida ao abrigo de um acordo transformativo, o acesso aberto está assegurado através da aposição de uma licença CC-BY ou equivalente à versão final (VoR) do artigo. Ainda assim, na linha das boas práticas internacionais, é exigida a retenção de direitos sobre o manuscrito aceite (AAM) pelas seguintes razões:

⁴ [Deed - Attribution 4.0 International - Creative Commons](#)

- para permitir o depósito num repositório de acesso aberto do manuscrito aceite, proporcionando-se, dessa forma, um acesso aberto antecipado aos conteúdos produzidos;
- para prevenir situações em que a intenção de publicação numa plataforma ou revista de acesso aberto ou numa revista híbrida ao abrigo de um acordo transformativo não se concretiza, quer porque o artigo não seja aceite para publicação, quer porque, no segundo caso, esteja esgotada a quota disponível para publicação em acesso aberto na revista híbrida selecionada. Nestes casos, o artigo pode vir a ser publicado em acesso fechado e a não retenção de direitos faria com que estes fossem integralmente transferidos para o editor.

3. Como aplicar?

A aplicação da estratégia de retenção de direitos implica quatro etapas:

A) Aplicando às diferentes versões do manuscrito, desde o momento da submissão uma licença CC-BY⁴

- aponto-lhe a menção CC-BY 4.0 (ou, se for o caso, uma versão mais recente da licença)
- incluindo uma referência ao URL que descreve a licença CC-BY 4.0 (ou se for o caso, uma versão mais recente da licença): [Creative Commons — Attribution 4.0 International — CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

A título de exemplo, as publicações podem ser acompanhadas do seguinte texto: *Distributed under a Creative Commons Attribution | 4.0 International licence*

Por forma a conferir uma visibilidade acrescida a esta frase, é possível juntar o logo da licença CC-BY



Esta licença deve ser acrescentada a todas as versões subsequentes do manuscrito, até à última versão, isto é, aquela que será aceite para publicação pelo editor.

B) Informar o editor da aposição de uma licença CC-BY a todas as versões do manuscrito, culminando na versão aceite para publicação, através da seguinte frase:

“This research was funded in whole or in part by the Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT, <https://ror.org/00snfq585>) under the Grant (Funder Grant number and/or Grant DOI⁶). For the purpose of Open Access, the author has applied a CC-BY public copyright license to any Author’s Accepted Manuscript (AAM) version arising from this submission.”

“Esta investigação foi financiada total ou parcialmente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT, <https://ror.org/00snfq585>) sob o Financiamento (Identificação do financiamento – Referência do financiamento e/ou DOI⁶. Para efeitos de Acesso Aberto, o autor aplicou a qualquer versão do manuscrito aceite (AAM) resultante desta submissão uma licença Creative Commons CC-BY”.

Esta frase deve ser colocada de forma visível no manuscrito, por exemplo na primeira página, e/ou na carta que o autor remete ao editor (*cover letter*). A frase deve constar de todas as versões do manuscrito enviadas ao editor e/ou de todas as cartas que o autor remete ao editor, até à versão final aceite para publicação.

Devem ser conservadas as diferentes versões do manuscrito com a menção à licença CC-BY e devem ser arquivadas todas as trocas de correspondência com o editor em que seja feita essa menção, por forma a que a retenção de direitos por parte do autor possa ser provada.

C) No momento de assinatura do contrato com o editor

A editora pode solicitar a assinatura de um contato que preveja a cessão exclusiva dos direitos de autor. Neste caso, o autor deve solicitar que os termos do contrato prevejam que as várias versões do artigo, até à versão aceite para publicação, estão cobertas por uma <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/> licença CC-BY e que os direitos de autor cedidos se limitam à versão final, publicada pelo editor.

Em qualquer caso, a aposição de uma licença CC-BY ao manuscrito desde a sua submissão ao editor prevalece sobre eventuais condições que possam ser posteriormente impostas pelo editor.

O facto de o artigo resultar de financiamento da FCT a qual, impôs como condição contratual do financiamento, a publicação em acesso aberto, reforça a posição do autor nesta matéria.

D) Depositar o manuscrito num repositório da rede RCAAP

A partir do momento de publicação do artigo, o manuscrito deve ser depositado num repositório da rede RCAAP, com uma licença CC-BY.

⁵ Identificador do financiador FCT no Registo de Organismos de Investigação (ROR, do inglês *Research Organization Registry*).

⁶ Identificador do financiamento (DOI, do inglês *Digital Object Identifier*).

4. Em caso de dificuldade

No caso de dificuldade na aplicação da retenção de direitos, nomeadamente por dúvidas de interpretação das regras aplicáveis ou desacordo com o editor, que não possam ser resolvidas por vias alternativas, nomeadamente junto das instituições de afiliação dos autores, por favor contacte-nos através do email politica-publicacoes@fct.pt.

Poderão também ser consultadas as FAQ disponibilizadas [aqui](#) que respondem a questões com que normalmente os autores se deparam.